



Entrevista





ENTREVISTA YVES DE LA TAILLE

Yves de La Taille é francês de nascimento, mas brasileiro por adoção há muitos anos. Seu nome de batismo é longo - Yves Joel Jean-Marie Rodolphe de La Taille -, assim como a sua trajetória de pesquisa e reflexão sobre a Psicologia Moral. Seus interesses profissionais sempre rondaram a educação, os valores na sociedade e as motivações psicológicas neles embutidos.

Construiu toda a sua carreira acadêmica na Universidade de São Paulo, onde fez a graduação, o mestrado e o doutorado em Psicologia. Em 2000, obteve a livre-docência e, neste ano, a condição de professor titular da mesma instituição. Atua no Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, responde pela cadeira de Psicologia do Desenvolvimento Moral, área em que pesquisa há mais de vinte anos.

La Taille é autor de três livros: *Moral e Ética* - dimensões intelectuais e afetivas (Artmed, 2006), *Vergonha, a ferida moral* (Vozes, 2002) e *Limites*: três dimensões educacionais (Ática, 1998), e co-autor em outras sete obras.

Em suas pesquisas vem alimentando a hipótese de que moralidade não é um simples compartimento estanque da psique humana, mas uma dimensão essencial da construção do “si-mesmo”. Na entrevista a seguir, o professor Yves de La Taille explica melhor esse raciocínio, bem como as implicações que ele traz para o campo de pesquisa e de atuação da Educação.

Contrapontos: Recentemente, o senhor lançou o livro *Moral e Ética* – dimensões intelectuais e afetivas, que reúne uma série de resultados acumulados ao longo de quase duas décadas de pesquisa no campo da Psicologia Moral. E quando pensamos em moral, vem-nos à cabeça o sentimento de obrigatoriedade que não apenas nos move em algumas

situações, como também sustenta argumentativamente algumas de nossas ações. O senhor considera esse sentimento um traço psíquico comum entre as pessoas. Pode explicar um pouco mais isso?

Yves de La Taille: Nossa tradição ocidental costuma associar a palavra “moral” à dimensão das obrigações, dos deveres. Com a palavra “ética” acontece a mesma coisa. Por exemplo, quando se fala em “ética na política” ou “código de ética” são as regras e os princípios que regem as condutas consideradas necessárias que estão em jogo. Porém, é interessante notar que a própria palavra “moral”, às vezes, é empregada de forma diferente. Pensemos em expressões como “ele foi desmoralizado”, referindo-se a um jogador que perdeu por muitos pontos, ou como “ele está com muita moral”, referindo-se a alguém com muita confiança e muito respeitado. Nesses dois casos, não se trata de deveres, mas sim de situações más ou boas na vida. Quem está desmoralizado sente-se mal e quem tem moral, sente-se bem. É à qualidade da vida, portanto, que a palavra “moral” se refere. Mas esses empregos mais raros e diferentes da referida palavra não devem nos surpreender. A chamada Filosofia Moral não se debruçou apenas sobre a questão dos deveres, mas também sobre a felicidade, a “vida boa”. E, na verdade, do ponto de vista psicológico, essas duas questões são complementares. Poderia resumir a idéia dizendo que quem age seguindo deveres assim o faz porque enxerga na moral um sentido existencial sem o qual a vida seria vazia. Por essa razão, intitulei o livro a que se refere de **Moral e Ética**, reservando o conceito de moral para os deveres e o de ética para a felicidade.

Isto posto, o sentimento moral de obrigatoriedade corresponde, de fato, a um traço psíquico comum à maioria das pessoas. Alguém sem nenhum tipo de senso moral é muito raro. Todavia, é preciso acrescentar que variam, entre os indivíduos, dois aspectos. O primeiro deles é intelectual: algumas pessoas mostram sofisticação nos seus juízos, refletem sobre princípios, outras se atêm essencialmente a regras, seguindo-as de forma, por assim dizer, mecânica. O segundo aspecto refere-se à **força** do sentimento de obrigatoriedade. Não saberia, é claro, quantificar, mas creio poder afirmar que, em muitas pessoas, o senso moral é força motivacional menor do que outras forças. Resultado: quando não há conflito, a maioria dessas pessoas costuma agir moralmente, mas quando há, quando agir moralmente contradiz interesses outros do próprio indivíduo, quem apenas possui um fraco senso moral costuma preferir seguir esses outros interesses. Falta dizer que a moralidade desenvolve-se



desde a mais tenra infância (a partir dos 4 anos, aproximadamente) e que tal desenvolvimento nunca cessa, ou melhor, nunca deveria cessar, pois sempre podemos nos aperfeiçoar. Essa evolução moral tem, como vimos, componentes intelectuais e afetivos. Contrariamente ao que às vezes se pensa, a moral é um objeto complexo e, assim, pede sofisticação intelectual para ser pensada, criada e seguida. Do ponto de vista afetivo, as pessoas que possuem um senso moral forte, e costumam, portanto, não transgredir normas por elas legitimadas, associam intimamente a dimensão dos deveres e aquela da vida boa. Para elas, não há vida boa possível se desconhecerem ou traírem os princípios morais.

Contrapontos: Que implicações há desse traço comum no processo de educação?

Yves de La Taille: O fato de reconhecermos que o sentimento de obrigatoriedade é traço comum à maioria das pessoas não implica afirmar que ele é “natural” no sentido de produto de alguma programação genética. Que os homens e as mulheres tenham, desde o nascimento, a tendência a estabelecer relações com seus semelhantes (seres da mesma espécie) não implica pensar que também possuam um instinto que os levaria a preferir a harmonia ao conflito, a paz à guerra, o acordo à violência. É por essa razão, aliás, que a humanidade construiu a moral! Se fôssemos geneticamente programados para o “bem”, a moral seria inútil e não se encontrariam tantos sistemas morais diferentes entre si. Mas como não há relacionamento social possível sem um mínimo de regras de condutas, sem um mínimo de deveres, toda criança nasce numa comunidade na qual existe, de forma mais ou menos forte, um sistema moral. Este lhe é ensinado, primeiro pela família, depois por instituições educacionais. Logo, educação moral é necessária. Todo o problema reside em saber o quanto ela vai estar presente na vida da criança e que conteúdos ela vai priorizar. Creio que, nos dias de hoje, ela é demasiadamente discreta e que os conteúdos apresentados pelos pais e educadores não estejam bastante claros para eles próprios. Lembro de um pai me dizendo que, por um lado, valorizava a generosidade e gostaria que seu filho também lhe desse valor, mas, por outro, temia que a legitimação e prática de tal virtude levassem seu filho a não ser o bastante competitivo, que o levassem a ser passado para trás. Tal preocupação traduz tanto a presença discreta da educação moral (haveria outros valores mais importantes para a vida) quanto a não clareza dos conteúdos: uma pessoa generosa não é uma pessoa que não lute pelos seus direitos, que não se prepara para a vida,

por mais competitiva que ela seja. O medo declarado por esse pai (e já ouvi comentários desse tipo várias vezes) parece decorrer, pelo menos em parte, de uma falta de clareza sobre o que seja a generosidade e como ela se articula a outras virtudes morais.

Contrapontos: Na introdução do livro que já citamos, o senhor adverte que prepara um novo título onde se concentra mais nas reflexões de moral e ética no campo da Educação. O que seus leitores podem esperar?

Yves de La Taille: O livro *Moral e ética, dimensões intelectuais e afetivas* é essencialmente teórico. Nele, encontra-se uma proposta de definição do que seja a moral e a ética, uma abordagem teórica da articulação psicológica desses dois conceitos, e análises das ferramentas intelectuais e afetivas (variados sentimentos) que levam alguém a pautar suas condutas pelos deveres. Todavia, para que tal opção moral aconteça, é preciso que haja um ambiente social favorável e medidas educativas eficazes. Como tenho também preocupações práticas e íntimo contato com o universo dos educadores, resolvi continuar o trabalho de reflexão analisando as dimensões educacionais da moral e da ética. Tenho em mente a seguinte estratégia para compor o novo livro: retomar alguns pontos teóricos trabalhados no livro anterior, analisar como se apresenta o ambiente social, no que se refere a eles, e sugerir “apontamentos” educacionais para possibilitar o desabrochar de certos processos psicológicos necessários ao desenvolvimento moral. Por exemplo, digo no livro já publicado que uma das condições necessárias (mas não suficientes) para o uso frutuoso de uma vida boa é essa vida fazer sentido. Ora, cabe perguntar se, nos dias de hoje, é fácil ou difícil possuir esse sentido. Pelo jeito não é, haja vista o grande número de suicídios, notadamente entre jovens. Deverei analisar tal situação. Uma vez feito isso, passarei a fazer alguns apontamentos educacionais em vista de tornar maior a probabilidade de as novas gerações encontrarem o referido sentido para a vida. Se emprego a expressão “apontamentos”, que sugere direções e não práticas pedagógicas precisas, é porque, por um lado, não sendo educador de profissão, não tenho como me arvorar o direito de ser legítimo tradutor didático dos conhecimentos psicológicos e, por outro, em se tratando de moral, dimensão humana submetida a várias influências, não há didática que, por ela mesma, garanta sucesso. Mas dessas duas razões para o termo “apontamento” dou mais importância à primeira. Interessante notar como todo mundo se acha capaz de falar de educação. Isto se deve em parte ao fato de cada um de nós ter uma missão

educacional: afinal, as novas gerações são cuidadas pelos adultos. Logo, diferentemente da medicina, por exemplo, reservada exclusivamente a especialistas, a educação é, de fato, prática de todos. É bom, portanto, que cada um de nós saiba falar de educação. Mas tal reivindicação de competência educacional também se deve à pretensão que acomete grande parte das pessoas que têm alguma influência social, notadamente na mídia: mesmo sem lerem toda a vasta produção educacional, pensam ser possível falar com autoridade incontestável, de escola, de aluno, de ensino, de professor etc. Cuidado, afinal há faculdade de educação, há mestrados e doutorados nessa área e, portanto, não vamos, nós, oriundos de outras áreas, nos colocarmos em pé de igualdade. No caso da Psicologia, como dizia Piaget, os pesquisadores colhem os dados, os analisam, e os repassam para os especialistas da área da educação. No máximo, podem fazer alguns apontamentos, algumas sugestões de ordem geral. É o que pretendo fazer no livro prometido.

Contrapontos: O senhor acredita que pode haver uma educação moral nas escolas? Ela existe atualmente? Que elementos podem caracterizá-la?

Yves de La Taille: Inevitavelmente, os professores tratam da questão moral, e isto por uma razão bem simples: como uma sala de aula implica relacionamentos dos alunos entre eles e do professor com os alunos, certas normas de convívio são explicitadas, aplicadas. Por exemplo, se há queixa de ter havido algum furto, tal acontecimento torna-se tema para a classe e tal tema é, evidentemente, moral. Mas, cuidado, acabo de dizer que os *professores* acabam tratando de questões morais, eu não disse que a *escola* costuma fazê-lo. Dizer que a escola trata da questão significa afirmar que ela tem, enquanto instituição, objetivos claros a esse respeito, uma pedagogia explícita e aplicada pelo corpo docente como um todo, formas de avaliar o êxito de tal forma de educação. Ora, na maioria das escolas, tal não é o caso: não há projeto pedagógico de educação moral, projeto esse que deveria ser compartilhados por todos os docentes. Na prática, cada professor “dá um jeito” de dar conta das relações interpessoais de seus alunos e é bem provável que os valores que um coloca sejam, pelo menos em parte, diferentes daqueles colocados por outro colega.

Isto posto, deveria a escola, enquanto instituição, ter um projeto de educação moral? Creio que sim. E isto por duas razões pelo menos. Em primeiro lugar, porque a escola, embora seu papel seja essencialmente o de transmitir conhecimentos, também tem como objetivo: a formação para a cidadania. Ora, a cidadania implica a dimensão moral. Ela não se

confunde com ela, mas a pressupõe. Em segundo lugar, como já dito, a escola sendo um lugar de relações interpessoais, relações essas que não se confundem com aquelas da família ou de outros lugares privados, a escola, dizia eu, deve esclarecer os valores, os princípios e as regras que as inspiram e regem. Dito de outra maneira, a escola representa, para os alunos, a transição entre os espaços privado (família) e público (sociedade) e, logo, deve ter participação na formação de pessoas que saibam transitar de forma justa e respeitosa no espaço público. Se ela não o fizer, quem vai fazê-lo?

Contrapontos: O que capacita/habilita professores a se ocuparem deste tipo de educação? Que preparo devem ter?

Yves de La Taille: Para responder a essa pergunta devemos, primeiramente, definir o que seria essa educação moral. A opção clássica é optar por uma disciplina, tipo Educação Moral e Cívica, na qual aconteceria uma espécie de “catecismo” laico. Tratar-se-ia de ensinar o certo, o correto, o bem a alunos teoricamente “todo ouvidos”. Se for essa a opção, o professor que ministraria uma disciplina dessas deveria, por um lado, conhecer bem o sistema moral oficial do país (no caso do Brasil, os Direitos Humanos, que inspiram a Constituição) e, por outro, saber dos processos psicológicos que presidem a legitimação das regras morais. Porém, se ele conhecer bem tais processos, logo chegará à conclusão de que ouvir belos discursos sobre o bem não garante em nada a íntima adesão a esse bem. Logo, chegará à conclusão de que uma disciplina com o objetivo de “ensinar” o que é moralmente correto é pouco eficaz. Em compensação, ele pode transformar sua aula num momento durante o qual são apresentados e discutidos variados sistemas morais. Pessoalmente, sou favorável a que, pelo menos a partir do Ensino Médio, a Filosofia Moral seja um tema estudado pelos alunos. Não garante, é claro, a adesão desses à moral, mas, pelo menos, coloca explicitamente o tema, coisa que a escola não tem feito.

Outra opção é a chamada transversalidade, que se traduz, não pela criação de uma disciplina específica para a moral, mas sim pela contribuição de todas as disciplinas. Assim, tanto o professor de Português quanto os de Matemática, Geografia, Educação Física etc. tratam, por intermédio das características próprias de seus temas, a moralidade. Tal opção evita sobrecarregar currículos e resgata a evidente relação da moral com todas as atividades humanas, representadas pelas diversas matérias. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) fazem a opção pela transversalidade. A formação do docente, nesse caso, é

menos aprofundada do que na opção por uma matéria específica. Mas, mesmo assim, cada professor deve ter noções mínimas do que seja moral e de qual sistema inspira oficialmente seu país.

Mas há outra opção que, na verdade, condiciona as demais: é imperativo que as relações sociais da escola representem a tradução clara da justiça, da dignidade, do respeito mútuo. A grande “lição” de moral é a prática. De nada adiantam disciplinas ou formas de transversalidade se as relações entre os membros da comunidade escolar não se pautarem pela moral. A rigor, num ambiente no qual, de fato, a moral impera, nem são necessárias formas alternativas de educação moral. A formação do professor? Nessa opção (e vale também, é claro, para as outras duas), ele deve ser, ele mesmo, uma pessoa moral, uma pessoa inspirada por ideais de justiça, generosidade e dignidade. Mas isso não se aprende na faculdade, mas sim durante toda a vida.

Contrapontos: Na contemporaneidade, quais seriam os valores mais necessários numa educação deste tipo?

Yves de La Taille: As instituições educacionais prestam um serviço público. Portanto, o conteúdo moral que por ventura queiram trabalhar deve ser coerente com as bases éticas da sociedade brasileira, colocadas, preto sobre branco, na Constituição. Logo, as virtudes “justiça”, “generosidade” (ou solidariedade) e “dignidade” devem necessariamente estar presentes, como é o caso nos PCNS.

Contrapontos: E quais poderiam ser descartados?

Yves de La Taille: Devem ser descartados todos os conteúdos que sejam contraditórios com as virtudes que acabo de mencionar. Tomemos o exemplo dessa importante virtude que é a “coragem”. Valorizar a coragem é bom, pois frequentemente agimos contra a moral porque tal virtude nos faz falta. Todavia, como a coragem pode se associar a conteúdos contraditórios como a justiça, a generosidade e a dignidade – por exemplo, é certamente preciso coragem para realizar seqüestro, mas é uma ação que fere a dignidade alheia – ela não possui um valor absoluto.

Contrapontos: Spinoza e Comte-Sponville salientam que é melhor ensinar as virtudes do que se ocupar dos vícios. Este é um caminho adequado para os tempos atuais?

Yves de La Taille: Sem dúvida alguma. A moral é, antes de tudo, uma reflexão sobre a hierarquia dos bens. Creio que foi Aristóteles que

disse que não havia nada a discutir a respeito de um marido que bate na mulher: coloca-se na cadeia e acabou. A moral, é verdade, combate ao mal. Mas essa é a sua função mais fácil. O difícil é definir bens e estabelecer prioridades entre eles. Aqui, encontramos os chamados dilemas morais, que são situações nas quais duas opções têm peso moral. Se, por exemplo, encontro no chão da faculdade uma carteira com dinheiro e se fico em dúvida se procuro encontrar seu dono ou resolvo ficar com ela para meu próprio proveito, não há dilema moral, pois, é claro que somente a devolução do objeto representa a opção moral. Porém, imaginemos que eu seja pobre, com um filho doente e que, com o dinheiro encontrado, poderia comprar remédio, agora, sim, há dilema moral: valor da propriedade *versus* a vida de alguém. Isso posto, creio que, nas raras vezes nas quais se trabalha moral nas escolas, sempre se o faz a partir do “mal”. Quer-se falar de paz, trazem-se exemplos de violência. Quer-se falar em honestidade, trazem-se exemplos de roubo e corrupção. Quer-se falar da verdade, trazem-se exemplos de mentiras. Não é a boa prática, pois acaba associando a moral ao combate do “errado” ao invés de associá-la ao difícil trabalho de construir o “certo”. Os alunos podem se encantar com a moral quando percebem que ela enaltece a vida e a sofisticada.

Contrapontos: Como pais e professores poderiam atuar de forma mais articulada em processos educativos que privilegiassem aspectos morais e éticos?

Yves de La Taille: Não é fácil, notadamente porque as famílias são muito diferentes entre si. Mas eu daria os seguintes conselhos. Quanto à escola, ela deve deixar muito claro para os pais e também para os alunos, quais são os princípios morais e éticos que inspiram suas atividades. Veja bem que eu falo em princípios, não em regras. Como as regras são derivadas dos princípios, esses devem ser claramente colocados. Assim, não somente os pais terão clareza a respeito dos valores e objetivos da escola – e caso discordem, se estiverem pensando em colocar seus filhos numa escola particular, poderão escolher outro estabelecimento - como poderão, em casa, ajudar seus filhos a melhor compreendê-los e respeitá-los. Quanto aos pais, além de fazerem a sua parte na educação moral dos filhos, eles devem delegar autoridade aos professores. Penso que, hoje em dia, muitos pais delegam responsabilidade aos professores, mas não delegam autoridade. Isto causa problemas em vários níveis, pois os alunos acreditam-se “servidos” por pessoas pagas para tal. Se o professor não for visto como autoridade, seu trabalho pedagógico como um todo fica prejudicado e, conseqüentemente, fica comprometida a educação moral que por ventura

queira promover. Todavia, é claro que delegar autoridade não implica deixar de estar atento ao que fazem os professores e outros funcionários da escola. Se perceberem alguma forma de injustiça cometida, é dever deles intervir. Em compensação, se ficarem sabendo que seu próprio filho cometeu uma injustiça, uma falta de respeito, é dever deles intervir junto a ele, e não, como costuma acontecer, ir à escola para defendê-lo a todo custo. Se os pais forem os primeiros a acobertarem tudo de errado que seus filhos por ventura fazem, não há educação moral que resista.

Contrapontos: Um de seus trabalhos mais conhecidos analisa o sentimento de vergonha, pensada como ferida moral. Hoje, na sociedade brasileira, como a vergonha se apresenta? Em que dimensões e em que profundidade?

Yves de La Taille: É difícil saber! As pessoas que agem moralmente são capazes de experimentar a vergonha moral, ou seja, antecipam o desrespeito que teriam por si mesmas se transgredissem ideais de justiça, de generosidade. Há sinais, na sociedade brasileira, de que imoralidades têm sido cometidas em grande número, e por numerosas pessoas? Se sim, haveria, então, um enfraquecimento da capacidade de experimentar a referida vergonha. Infelizmente, temos alguns sinais preocupantes, como o aumento da violência, a presença dificilmente removível da corrupção, certa tolerância mórbida a transgressões variadas, o “rouba, mas faz”, que não é novo, mas que parece se banalizar. Em compensação, temos outros sinais, positivos. Por exemplo, por intermédio de uma pesquisa que minha esposa e eu fizemos junto a mais de cinco mil jovens de Ensino Médio, descobrimos que, entre cinco itens – ciência, política, arte, religião e moral – é a moral que eles pensam ser mais importante para o progresso social. Também ficamos sabendo que eles dão mais valor à justiça do que à competência profissional. De qualquer forma, o mínimo que se pode dizer é que temos um quadro confuso, fragmentado, bem típico do que chamam de “pós-modernidade”.

Contrapontos: A vergonha ainda o atrai como campo de pesquisa? Que outros sentimentos, virtudes ou valores chamam a sua atenção como intelectual?

Yves de La Taille: Não tenho mais pesquisado o sentimento de vergonha. Talvez volte a ele, mas atualmente estou me debruçando sobre uma questão complementar: as relações entre a moral – que fala dos deveres – e a ética – que fala da “vida boa”. Faça a hipótese, como disse

anteriormente, de que, psicologicamente falando, somente segue princípios e regras morais quem vê sentido existencial (vida boa) neles. Algumas pesquisas já realizadas demonstram a verossimilhança dessa tese. Por exemplo, Luciene Togneta, em seu trabalho de doutorado, verificou que pessoas que valorizam, em si e nos outros, traços de caráter relacionados às virtudes apresentam maior sofisticação e grau de generosidade. Aquelas que mais valorizam qualidades como competência profissional, beleza, sucesso, mostram-se menos evoluídas nos seus juízos sobre generosidade. Tal correlação entre identidade e legitimação da moral sustenta a idéia de que, para se agir moralmente, é preciso ter construído o que tenho chamado de “personalidade ética”. Quem construiu tal personalidade concebe a “vida boa” somente se essa for, como diz Paul Ricoeur, como para outrem, em instituições justas.